
Andréa Lisly Gonçalves

Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto

BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (organizadoras). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI a XIX.** São Paulo: Alameda, 2005, 448 p.

Fruto do encontro do Grupo de Trabalho "Modos de governar: política, negócios e representações do Império Português ao Império do Brasil", vinculado à Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) e coordenado por Maria Fernanda Bicalho, de pesquisadores da Cátedra Jaime Cortesão e de profissionais convidados, os trabalhos reunidos em *Modos de Governar* foram primeiramente apresentados no Simpósio Temático de mesmo nome, ocorrido no XXIII Encontro Nacional da ANPUH, em 2003, em João Pessoa, na Paraíba. A obra é um bom exemplo de como o debate acadêmico se constrói exatamente pela diversidade e não pelo caminho fácil da unanimidade, esse já suficientemente criticado por ser pouco inteligente. Não se trata aqui de conciliar o inconciliável, mas de atestar o vigor dos estudos históricos exatamente pela capacidade que seus autores tem de despertar polêmica, de admitir as arestas e de fazê-lo reincorporando ao nosso campo de pesquisa a análise interpretativa.

O artigo de Silvia Hunold Lara, "Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa", que abre a primeira parte do livro, apresenta uma série de considerações que podem nos acompanhar na leitura de boa parte dos trabalhos reunidos em *Modos de Governar*. Após uma breve análise de como o tema do exercício do poder político e da administração colonial foi abordado na historiografia do século XIX e das primeiras décadas do XX, a autora observa que a partir de 1930, os chamados "intérpretes" do Brasil, com destaque para Caio Prado Júnior, fizeram a crítica da Administração portuguesa na América a partir de uma perspectiva liberal. Assim, identificaram na ausência de divisão de poderes e na sobreposição de competências dos órgãos administrativos – a imagem cunhada por Caio Prado é a de que a administração colonial constituía-se em um *cipóal* – uma total ausência de racionalidade da Monarquia portuguesa em relação à gestão de seus domínios.

Pois é no artigo de Pedro Cardim que se encontra um dos exemplos mais acabados de como a crítica ao modelo liberal de interpretação dos modos de governar no Antigo Regime Português vem sendo realizada em bases fecundas, permitindo a apreensão, sem anacronismos, de sua lógica de funcionamento. Partindo das disputas entre os altos funcionários do então recém-criado Conselho Ultramarino (1642) e do Desembargo do Paço, o autor desvenda as bases da organização do poder na metrópole portuguesa e nas partes do Império. Após indicar a ausência de separação entre administração e justiça, no exercício do poder no Antigo Regime em razão da supremacia da matriz jurisdicional que acomodava os interesses particulares e os do Rei, o autor demonstra como em um contexto de mudanças, marcado pela centralização do poder monárquico, se multiplicam os conflitos entre os diferentes órgãos de governo.

Outra importante contribuição para o entendimento da racionalidade própria ao "governo" das sociedades de Antigo Regime é o trabalho de Rodrigo Bentes Monteiro "Família, soberania e monarquia na República de Jean Bodin". De acordo com o autor, a teoria de *soberania* de Jean

Bodin é particularmente útil para o entendimento da identidade da Monarquia portuguesa na Época Moderna uma vez que essa repousava em dois modelos de soberania ou de legitimidade: o Direito Divino, que se manifestava através da sucessão dinástica e o da intervenção popular, sendo o popular aqui identificado à nobreza ou às suas conveniências políticas.

As interpretações sobre a organização do Estado português se completam, agora em perspectiva diacrônica, com as contribuições de Alexandre Mansur Barata. Através do estudo do tema da maçonaria, sobretudo nos anos iniciais dos oitocentos, Mansur Barata mostra como a constituição de um "Estado Polícia", característico da última fase do Regime Absolutista, como observou Guido Astuti também para outros países da Europa, no qual ganham proeminência, no interior do aparelho administrativo, as funções de vigilância e inspeção, marcou a ação dos pedreiros livres em Portugal.

Dois últimos pontos levantados por Sílvia Lara convêm serem abordados em razão de sua importância na historiografia atual. Um deles, diz respeito à constatação de que talvez a principal contribuição dos estudos vinculados à idéia de Império Português seja o de haver demonstrado as íntimas vinculações existentes entre as diversas partes do Império, o que contribuiu para que fossem superadas falsas dicotomias como a de uma unívoca relação entre a metrópole e colônia. Nesse sentido, o artigo de Luís Frederico Dias Antunes, dentre vários outros, é um bom exemplo ao revelar as relações comerciais luso-brasileiras no Índico Ocidental, entre 1750 e 1800.

O outro ponto é o de que os autores identificados à idéia de "Império Português" teriam se voltado para o estudo das elites, em detrimento da dinâmica de dominação própria a uma formação escravista. Porém, e os artigos da obra assim o demonstram, é possível realizar o estudo das elites governantes sem que se perca de vista o papel decisivo que fatores como o tráfico internacional de escravos e a posse de cativos desempenharam nos arranjos de poder. É o que mostra Fátima Gouveia através das iniciativas tomadas pela Coroa portuguesa, sobretudo nas décadas de 1670 e 1680, com destaque para a fundação de novos *presídios* e centros administrativos em Angola, a fim de dinamizar o tráfico entre Brasil e a África central como parte da estratégia da Coroa de promover o entrosamento das políticas voltadas para o Atlântico Sul; ou Carla Maria de Almeida que, em sua abordagem dos *homens ricos* das Minas setecentista apontou, com base em dados quantitativos, como boa parte dessa riqueza repousava na propriedade de escravos.

Um aspecto dos mais positivos de vários trabalhos reunidos em *Modos de Governar* é a capacidade dos autores de, a partir de trajetórias individuais, reconstituírem os elos que uniam a sociedade de Antigo Regime e as conquistas ultramarinas. É o que se observa nos artigos de Pedro Puntoni e de Vera Ferlini, talvez aqueles que mais nitidamente demonstram que desvendar as intrincadas relações entre a Metrópole e suas colônias não significa abrir mão da idéia de que essas relações reproduziam a lógica mercantilista do *Antigo Sistema Colonial*. Atento à dinâmica da colonização que, ao mesmo tempo em que reproduzia na América portuguesa as estruturas tradicionais da sociedade lusitana, também se desviavam do modelo metropolitano, Puntoni ressalta o papel do governo-geral como garantia de que a empresa colonial se orientaria de acordo com os interesses do centro e do estamento burocrático português. Isso sem descuidar do fato de que, como assinalaram vários autores que o precederam, durante

os séculos XVI e XVII "o projeto colonial se fazia impondo um equilíbrio entre a centralização administrativa e as dinâmicas locais" (p.174). O artigo de Vera Ferlini, uma das organizadoras da coletânea, é dos mais esclarecedores sobre a impossibilidade de a colônia reproduzir *tout court* a realidade metropolitana o que se constata na observação de que, se as reformas na estrutura fundiária foram essenciais à reorganização da nação lusitana no seu período liberal, no Brasil, à emancipação política assistiu-se ao reforço da grande propriedade.

Indubitável a influência da obra de António Manuel Hespanha na maioria dos trabalhos, sobretudo os que tratam das casas aristocráticas, dos funcionários régios, das fortunas e dos "direitos que atravessavam a sociedade política portuguesa nos séculos XVII e XVIII" (p.31). Seu artigo "Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites" representa, aqui, uma contribuição original. Antes de tudo, o autor colabora para sanar a falta de rigor muitas vezes verificada no emprego do termo elite e o faz, o que pode parecer paradoxal, ampliando-lhe a definição e não restringindo-a. Sua proposta é a de que a idéia de capilarização da política, formulada por Michel Foucault, seja utilizada para o entendimento das elites, deixando o termo de definir apenas os estratos dirigentes superiores (as "elites formais") para designar, também, aqueles personagens que pertencentes ou atuantes no interior dos estratos dominados exerciam influência, muitas vezes pessoal, nas mentes e nos corpos das famílias e das comunidades, como seriam o caso de médicos, advogados, mulheres, negros de determinadas etnias, feiticeiras, curadores, confessores.

Pelo menos três autores valeram-se dos conceitos de "homem ultramarino" e de "homem colonial" formulados por Luiz Felipe de Alencastro em *O trato dos viventes* (Companhia das Letras, 2000), ainda que para se referir a fenômenos diversos. De acordo com Alencastro, a distinguir esses dois agentes estaria o fato de que, enquanto o primeiro fazia sua carreira no ultramar em busca de riquezas, títulos e mercês para serem usufruídos na metrópole, o "homem colonial" carrega os recursos ganhos nas praças coloniais sem a pretensão de retornar à metrópole, mostrando-se disposto a se instalar em algum território no ultramar, não raro na América Portuguesa.

É a partir dessas categorias que Ana Paula Torres Megiani avalia a trajetória do chanceler da Sé de Évora Manoel Severim de Faria e do cavaleiro da Ordem de Cristo e governador de Angola entre 1617 e 1621, Luís Mendes de Vasconcelos. Elas são centrais também nas considerações feitas por Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro.

Ao definir o perfil social dos governantes do Império do Atlântico nos séculos XVI e XVII, Mafalda Soares reconhece aqueles que, como João de Lencastre e Henrique Jacques Magalhães, se enquadram na definição de "homem ultramarino" por obterem suas fortunas e títulos nas colônias com o fito de regressarem à Corte alcançando uma condição hierárquica superior. De outro lado, descreve a trajetória de Lourenço Pires de Távora que cumpriu o destino do "homem colonial" elegendo São Tomé como o centro de suas atividades e sede dos serviços que prestou ao rei.

Fundamentais para o tema das práticas políticas no Império Português são as conclusões dos dois autores de que o processo que se estende dos séculos XVI ao XVIII, ao contrário do que assinala uma historiografia recente, principalmente sobre a América Portuguesa, assistiu não ao enrai-

zamento dos agentes metropolitanos nas possessões coloniais, mas sim ao reforço do poder da Metrópole. Pelo menos três fatores garantiriam o domínio da Monarquia portuguesa sobre suas possessões: a ligação, tanto das elites coloniais, quanto da administração e dos negociantes metropolitanos diretamente com Lisboa e o fato "de as distintas instâncias, e as respectivas elites, mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro" (p.96).

Se Ana Paula Megiani, referida mais acima, aborda os elementos responsáveis pela articulação do Império português para além da ação dos homens de governo e dos setores mercantis – ainda que seus personagens não fujam à primeira categoria – enfatizando seus papéis de homens de letras que, como tal, formularam e asseguraram, através de descrições e narrativas, uma memória a esse império, no tempo dos Filipes, Iris Kantor mostra como a constituição de um discurso historiográfico, sobretudo aquele realizado no interior da Academia Real Portuguesa, se torna cada vez mais necessário, ao longo dos setecentos, à tarefa de estabelecimento das fronteiras no ultramar.

Fronteiras essas, porém, que de acordo com Júnia Ferreira Furtado, em pleno século XVIII, ainda "confinavam" com o imaginário cristão, com o mito do éden, como deixou registrado José Rodrigues Abreu, físico-mor das Armadas, que reiterou em suas anotações, sobre a geografia, a flora, a fauna e as riquezas das minas, trabalhadas pela autora, uma visão mais condizente com as fases iniciais da expansão ultramarina, em prejuízo de uma perspectiva mais realista. As chaves para a explicação da reprodução, pelo médico, de uma visão onde o fantástico preponderava sobre a "empíria" encontrariam-se na sua opção por uma visão *emboaba* (designação do "forasteiro" em contraste com os paulistas primeiros desbravadores da região que futuramente seria a capitania de Minas Gerais) do espaço.

Imaginário e guerra dos Emboabas também se encontram presentes no artigo de Adriana Romeiro que aponta a existência de um paradoxo: apesar de derrotados nos conflitos que marcaram os primórdios da ocupação das minas, foram os paulistas que mais decididamente contribuíram para o imaginário político que irá marcar a história da capitania. Teriam sido eles os responsáveis pela introdução, desde o conflito, de um aspecto *contratualista* nas relações com a Coroa portuguesa o que marcaria indelevelmente as concepções de poder nas minas colonial.

É na análise do "desgoverno" das revoltas que João Pinto Furtado, rejeitando as interpretações que estabelecem uma clara distinção entre os motins e rebeliões que ocorrem nas Minas na primeira metade do século XVIII abordará o tema da conjuração mineira de 1788 para concluir que seus agentes estariam muito mais preocupados "com os rumos da Monarquia portuguesa na última quadra do Setecentos do que com os sucessos norte-americanos em si" (p.407).

Elemento de instabilidade que também poderia evoluir em revoltas era o processo de ocupação de fronteiras. O tema é analisado por Maria Verônica Campos que mostra como essas áreas de fronteira, como as lavras de Goiás por volta de 1720, constituem-se em espaços privilegiados para a análise da recomposição de alianças políticas e familiares, da ascensão e declínio de Grupos e de Casas Nobres, da constituição de clãs e clientelas. É nas regiões de fronteira que a chegada de autoridades metropolitanas revelava todo o seu poder de alteração/desestabilização da ordem até então mantida pelos "conquistadores".

Se a natureza *restauradora* de vários movimentos que eclodem na América portuguesa em finais do século XVIII parece bem estabelecida, por outro lado o caráter popular de conjurações como a baiana de 1794 e a abrangência alcançada pela Revolução de 1817, em Pernambuco, revelam a multiplicidade dos projetos políticos em disputa nos anos que antecedem à emancipação política do Brasil. Nesse contexto, emergem motins populares como o da Serra do Rodeador, não por acaso em Pernambuco no ano seguinte ao da insurreição que tomou conta de Recife. A partir da reconstituição daquela que foi "a primeira manifestação coletiva e explicitamente sebastianista de nosso período colonial" (p.437) Jacqueline Hermann aponta como a convergência de duas tradições, o sebastianismo e o nativismo pernambucano, se reatualizaram na contestação ao governo de D. João VI, instalado no Rio de Janeiro. Reunidos em torno da pedra sagrada do Rodeador, os sediciosos – homens livres, artesãos, agricultores, mulheres, crianças e ex-milicianos – aguardavam o retorno de D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer Quibir, em 1578.

Apesar de nem todos os artigos terem sido examinados nos limites dessa resenha, não devemos nos enganar supondo que se tratam de trabalhos de menor importância ou menos articulados diretamente ao tema da obra. Ao contrário, trata-se de obra coesa, uma outra qualidade, dentre as inúmeras que ela tem, ainda que seus autores não partilhem de uma mesma filiação teórica. Em seu conjunto reafirma-se a observação feita por István Jancsó, ao referir-se às assimetrias observáveis entre as diferentes partes da América Portuguesa, de que as estruturas da vida social dos domínios lusitanos no Novo Mundo foram simultaneamente "replicantes" e "desviantes" dos paradigmas europeus". Essa dinâmica, com maior ou menor ênfase em um ou outro de seus fatores, parece ser o fio condutor dos diversos artigos reunidos em *Modos de Governar*.